

ANARQUISMO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO

FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO (FARJ)



A SOCIEDADE DE DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO: CAPITALISMO E ESTADO

A riqueza de uns é feita com a miséria dos outros.
Piotr Kropotkin

Para os que estão no poder, o inimigo é o povo.
Pierre-Joseph Proudhon

O capitalismo, como sistema, se desenvolveu desde os fins da Idade Média e se estabeleceu nos séculos XVIII e XIX na Europa Ocidental. Constituiu-se como um sistema econômico, político e social, baseando-se nas relações entre duas classes antagônicas. De um lado, o que se chamou “burguesia” e que trataremos neste texto como “capitalistas”, detentores da propriedade privada dos meios de produção²⁵, que contratam trabalhadores por meio do trabalho assalariado. De outro, o que se chamou “proletariado”²⁶, e que trataremos neste texto como “trabalhadores” que, nada possuindo além de sua força de trabalho, tiveram de vendê-la em troca de um salário. Como enfatizamos anteriormente, o trabalhador assalariado – objeto clássico de análise nas teses socialistas do século XIX –, para nós, constitui hoje somente uma das categorias das classes exploradas.

O objetivo dos capitalistas é a produção de mercadorias para a obtenção de lucro. “A empresa [capitalista] não se preocupa com as necessidades da sociedade; seu único fim é aumentar os lucros do empresário”.²⁷ Por meio do trabalho assalariado, os capitalistas pagam o mínimo possível aos trabalhadores e usurpam-lhes todo o excedente de seu trabalho, o que recebe o nome de mais-valia. Isso acontece, pois, para aumentar seu lucro, os capitalistas devem ter o menor custo, ou seja, gastar o mínimo possível. Vendendo suas mercadorias pelo maior preço que o mercado pode pagar, ficam com esta diferença entre o que gastam e o que ganham – o lucro. Para conter custos, e conseqüentemente aumentar os lucros, os capitalistas possuem vários recursos, dentre eles, aumentar a produtividade e baixar os custos de produção. Há várias formas disso ser feito, dentre elas, impor um ritmo de trabalho maior aos trabalhadores e reduzir os salários pagos a eles.

Esta relação entre capitalistas e trabalhadores gera a desigualdade social, um dos grandes males da sociedade em que vivemos. Isso já havia sido constatado por Proudhon, quando investigou o tema ainda no século XIX:

Afirmei então que todas as causas da desigualdade social se reduzem a três: 1º) a apropriação gratuita das forças coletivas; 2º) a desigualdade nas trocas; 3º) o direito ao lucro ou à fortuna. E

²⁵ Os meios de produção constituem-se dos meios de trabalho e dos objetos de trabalho. Os meios de trabalho são os instrumentos de produção como as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, a tecnologia; as instalações como os edifícios, armazéns, escritórios; as fontes de energia utilizadas na produção que podem ser elétricas, hidráulicas, nucleares, eólicas; e os meios de transporte. Os objetos de trabalho são os elementos sobre os quais ocorre o trabalho humano como as matérias-primas minerais, vegetais e animais, a terra, dentre outras.

²⁶ Proletário: aquele que nada possui exceto sua prole, ou seja, seus filhos.

²⁷ Piotr Kropotkin. “As Nossas Riquezas”. In: *A Conquista do Pão*. Lisboa: Guimarães, 1975 p. 28.

como esta tripla maneira de usurpar os bens de outrem constitui, essencialmente, o domínio da propriedade, neguei a legitimidade da propriedade e proclamei a sua identidade com o roubo.²⁸

A propriedade privada, para nós, assim como constatou Proudhon, é um roubo, visto que a partir do trabalho assalariado, dá ao capitalista o excedente do trabalho dos trabalhadores. Esta propriedade “após despojar o trabalhador pela usura, assassina-o lentamente pelo esgotamento”²⁹.

Além de ser um sistema que cria e mantém a desigualdade social, o capitalismo baseia-se na dominação e conseqüente exploração. A dominação existe quando uma pessoa ou um grupo de pessoas utiliza-se “da força social de outrem (do dominado), e, conseqüentemente, de seu tempo, para realizar seus objetivos (do dominador) – que não são os objetivos do agente subjugado”³⁰. O sistema capitalista caracteriza-se pela utilização da força de trabalho do trabalhador para o enriquecimento dos capitalistas, por isso é um sistema dominador e explorador, visto que “significa o poder e o direito de viver à custa da exploração do trabalho alheio, o direito de explorar o trabalho daqueles que não possuem propriedade ou capital e que, portanto, são forçados a vender sua força produtiva aos afortunados detentores de ambos”³¹.

Esta relação entre capital e trabalho, ao se dar no mercado, não é similar para ambos os lados, visto que os capitalistas vão ao mercado para a obtenção de lucro, ao passo que os trabalhadores o fazem pela necessidade do trabalho, sem o qual correriam o risco de passar necessidades e não terem as mínimas condições de vida. É um “encontro entre uma iniciativa para o lucro e outra para a fome, entre o senhor e o escravo”³².

Além disso, o desemprego faz com que, no momento em que os capitalistas vão ao mercado, encontrem trabalhadores em abundância, pois há mais oferta de trabalhadores do que procura, pois

(...) os bairros pobres da cidade e as aldeias circunvizinhas estão cheias de desgraçados, cujos filhos choram diante do prato vazio. Por isso, ainda a fábrica não está concluída e já os trabalhadores correm a pedir trabalho. São precisos cem e apresentam-se mil.³³

Assim, aos capitalistas cabe impor as condições de trabalho. Aos trabalhadores cabe aceitá-las, visto que “são levados, por medo de se verem substituídos por outros, a venderem-no pelo menor preço. (...) Uma vez que se encontra em estado de pobreza, o trabalhador é forçado a vender seu trabalho por quase nada e, por vender este produto por quase nada, ele afunda em uma miséria cada vez maior.”³⁴

Sendo o capitalismo um sistema complexo, ele articula diversas formas de produção e classes sociais. Os camponeses, mesmo sendo parte de um processo produtivo que é pré-capitalista, estão sujeitos às exigências da concorrência do mercado capitalista o que significa a necessidade de elementos fundamentais para a sua produção que são vendidos no mercado capitalista. Na

²⁸ Pierre-Joseph Proudhon. “2^{eme}. *Memoire sur la Proprieté*”. In: *A Nova Sociedade*. Porto: Rés Editorial, s/d, p. 35.

²⁹ *Idem*. *O que é a Propriedade?* São Paulo: Martins Fontes, 1988 p. 159.

³⁰ Fabio López López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001 p. 83.

³¹ Mikhail Bakunin. *O Sistema Capitalista*. São Paulo: Faísca, 2007 p. 4.

³² *Ibidem*. p. 14.

³³ Piotr Kropotkin. “A Expropriação”. In: *A Conquista do Pão* p. 62.

³⁴ Mikhail Bakunin. *O Sistema Capitalista* pp. 6-7.

concorrência, por dificuldades de produtividade e tecnologia, têm desvantagem em relação às grandes empresas agroindustriais. Há também os camponeses que vendem sua força de trabalho, que podemos considerar trabalhadores rurais, de um sistema capitalista tradicional. Os camponeses também são, como tratamos, parte do conjunto das classes exploradas.

Fala-se ainda, que o sistema capitalista não seria dividido em duas grandes classes – a dos capitalistas e dos trabalhadores –, mas sim três, sendo uma terceira classe, chamada de “classe dos gestores”, responsável por controlar aspectos decisivos ao capitalismo e personalizando um outro importante aspecto do capitalismo, que é o da divisão hierárquica do trabalho. Ao longo da história do capitalismo, esta classe vem fazendo, cada vez mais, parte da classe dos capitalistas, principalmente pelos interesses defendidos no processo de luta de classes. Hoje, a figura do burguês tradicional, proprietário, é cada vez menos comum, sendo o controle das empresas realizado pelos gestores e os proprietários sendo cada vez mais grupos multinacionais ou mesmos acionistas que ninguém sabe quem são. Atualmente, na sua grande maioria, a classe dos gestores faz parte do conjunto de capitalistas, ou o que poderíamos chamar de classe dominante.

Há ainda outros atores no mercado capitalista, como os trabalhadores dos ramos do comércio e do serviço que dão vazão das mercadorias das empresas capitalistas ou realizam trabalhos para elas. Ambos os ramos obedecem à lógica do capitalismo, em menor ou maior escala, e também atuam dentro da concorrência do mercado, muitas vezes utilizando o trabalho assalariado, sustentando proprietários que gozam dos frutos desta injusta relação entre capital e trabalho e que possuem objetivo de gerar lucro.

Como um sistema que reproduz a injustiça, o capitalismo separa o trabalho manual e intelectual. Esta separação é fruto da herança e também da educação, visto que há educação diferente para ricos e pobres. Sendo assim,

(...) enquanto houver dois ou vários graus de instrução para as diferentes camadas da sociedade, haverá necessariamente classes, quer dizer, privilégios econômicos e políticos para um pequeno número de afortunados, e a escravidão e a miséria para a maioria.³⁵

Durante sua história, o capitalismo evoluiu, envolveu-se nas estruturas políticas dos países europeus do final do século XIX, gerando o Imperialismo e chegando a sua atual etapa de expansão, que pode ser chamada de globalização econômica. Conforme análise do subcomandante Marcos, do Exército Zapatista: “Já não é um poder imperialista no sentido clássico do termo, daquele que domina o resto do mundo, mas um novo poder extranacional.”³⁶ Em termos gerais, a globalização econômica caracteriza-se por uma integração, em escala mundial, dos processos de produção, distribuição e troca. A produção é realizada em diversos países do mundo, as mercadorias são importadas e exportadas em enormes quantidades e em longas distâncias.

Estimulada desde os anos 1970 e 1980, a “globalização” generalizou-se no mundo, “baseando-se, do ponto de vista ideológico, filosófico e teórico, na doutrina do neoliberalismo”³⁷, que prega o

³⁵ *Idem. A Instrução Integral*. São Paulo: Imaginário, 2003 p. 69.

³⁶ Subcomandante Marcos. “Entrevista a Ignacio Ramonet”. In: *Marcos: la dignidad rebelde*. Chile: Aun Creemos en los Sueños SA, 2001 p. 26.

³⁷ *Ibidem*. p. 27.

livre mercado e o Estado mínimo. A idéia básica é que o capital procure as localidades com melhores condições para se reproduzir. Como necessariamente a produção necessita de mão-de-obra de trabalhadores, há uma migração das esferas produtivas das empresas capitalistas para países cujo “custo de produção” é mais baixo, ou seja: países com fraca legislação trabalhista/ambiental, fraca organização sindical, alto nível de desemprego, etc. Em suma, empresas buscam países/regiões em que a exploração possa se dar sem intromissão do Estado, permitindo que paguem o quanto quiserem, que não sejam obrigados a dar benefícios aos trabalhadores, que os dispensem quando bem entenderem e que sempre haja muitos outros querendo as vagas, permitindo que os custos de produção sejam cada vez menores; o trabalho precário é buscado e estimulado. Este sistema, se por um lado deixa desempregados nas áreas que possuem melhores condições, por outro permite chantagens que fazem com que a precariedade seja aceita e ameaçam a organização dos trabalhadores que são cada vez mais controlados e expulsos para a periferia, conforme descreve Chomsky:

Os conceitos de “eficiência” e “economia saudável”, prediletos dos ricos e privilegiados, não têm nada a oferecer aos crescentes setores da população que não dão lucro e que são empurrados para a pobreza e o desespero. Se não puderem ser confinados nas favelas, terão de ser controlados de um outro modo qualquer.³⁸

O neoliberalismo – que estimula o livre fluxo do capital, mas não a livre circulação de pessoas e nem a equiparação das condições de trabalho – coloca em xeque toda a condição de “bem-estar” que foi imposta aos Estados durante largas mobilizações que marcaram o mundo nos séculos XIX e XX. O capitalismo vem buscando novos espaços, expandindo-se tanto interna, quanto externamente, criando novas empresas capitalistas com as privatizações e estimulando falsas necessidades, por meios como a publicidade, que não correspondem às verdadeiras demandas da sociedade. “As doutrinas neoliberais, independentemente do que se pense delas, debilitam a educação e a saúde, aumentam a desigualdade social e reduzem a parcela do trabalho na distribuição de renda.”³⁹

O capitalismo contemporâneo é também responsável pela grande crise ecológica que hoje assola o mundo. Motivadas pela lógica do lucro, as empresas privadas são responsáveis por transferir toda a hierarquia das classes para a relação entre as pessoas e o meio ambiente. Poluição, desmatamento, aquecimento global, destruição de espécies raras e desequilíbrio nas cadeias alimentares são apenas algumas das conseqüências desta relação.

As hierarquias, classes, sistemas de propriedade e instituições políticas que emergiram com o domínio social foram transferidas conceitualmente para a relação entre humanidade e natureza. Esta, também foi cada vez mais olhada como mero recurso, um objeto, uma matéria bruta a ser explorada tão implacavelmente como escravos num latifúndio.⁴⁰

O Brasil, estando bastante integrado nesta lógica globalizada por razão das políticas adotadas por seus últimos governos, compartilha das conseqüências mundiais desta nova fase do capitalismo.

³⁸ Noam Chomsky. *O Lucro ou as Pessoas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 p. 136.

³⁹ *Ibidem*. p. 36.

⁴⁰ Murray Bookchin. “Um Manifesto Ecológico: o poder de destruir, o poder de criar”. In: *Letra Livre 31*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001 p. 8.

* * *

Consideramos o Estado o conjunto de poderes políticos de uma nação, que toma forma por meio de “instituições políticas, legislativas, judiciárias, militares, financeiras, etc.”⁴¹; e, assim sendo, o Estado é mais amplo que o governo. O Estado, desde seu surgimento na Antiguidade, passando pelo Egito dos faraós e pelo Estado escravocrata-militar de Roma, sempre foi um instrumento de perpetuação da desigualdade e um elemento liberticida, qualquer que fosse o modo de produção existente. Esta instituição dominadora conheceu, no decorrer da história, períodos de maior e menor força, sendo necessária atenção com suas especificidades de tempo e local. O Estado como o observamos hoje (o Estado Moderno) possui suas origens a partir do século XVI.

Ainda na Idade Média, com o objetivo de destruir a civilização das cidades, os bárbaros modernos acabaram por tornar escravos aqueles que outrora se organizavam com base na livre iniciativa e no livre entendimento. Nivelou-se toda a sociedade com base na submissão ao dono, declarando que a Igreja e o Estado seriam os únicos laços entre os indivíduos, que somente essas instituições teriam o direito de defender interesses comerciais, industriais, artísticos, etc. O Estado constituiu-se por meio do domínio, para falar em nome da sociedade, visto que julgava ser a própria sociedade.

O Estado veio caracterizando-se por um “jogo duplo”, de prometer aos ricos proteger-lhes dos pobres, e de prometer aos pobres proteger-lhes dos ricos. Aos poucos, as cidades, que estavam morrendo pouco a pouco, vítimas da autoridade, foram cedendo ao Estado que também desenvolveu seu papel de conquistador, passando a estabelecer guerras contra outros Estados, com objetivo de expandir-se e conquistar novos territórios. O efeito do Estado foi desastroso sobre as cidades e regiões rurais. O papel do Estado nas áreas urbanas, no período dos séculos XVI e XVII foi

aniquilar a independência das cidades, roubar as *guildas*⁴² ricas dos comerciantes e dos artistas, centralizar nas suas mãos o comércio externo das sociedades e arruiná-lo, apoderar-se de toda a administração interna das *guildas* e submeter o comércio interior, assim como a fabricação de todas as coisas, até nos seus mínimos detalhes, a uma nuvem de funcionários, matando, por esta forma, a indústria e as artes; assenhorar-se das milícias locais e de toda a administração municipal; esmagar, por meio de impostos, os fracos em benefício dos fortes, e arruinar os países com guerras.⁴³

Depois da Revolução Industrial, surgiu a chamada “questão social”, que obrigou os Estados a desenvolverem os planos assistenciais para minimizar os impactos do capital sobre o trabalho. Aos fins do século XIX, surgiu, como alternativa ao liberalismo, uma concepção de Estado mais interventor que, se por um lado buscava a criação de políticas de “bem-estar social”, por outro implementava métodos de contenção do avanço das iniciativas socialistas, já bastante fortes naquele momento.

⁴¹ Errico Malatesta. *A Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2001 p. 15.

⁴² Associações corporativas de artesãos, mercadores, artistas que existiam na Idade Média.

⁴³ Piotr Kropotkin. *O Estado e seu Papel Histórico*. São Paulo: Imaginário, 2000 p. 64.

O Estado possui hoje dois objetivos fundamentais: o primeiro deles, garantir as condições de produção e reprodução do capitalismo, e o segundo, assegurar sua legitimidade e controle. Por este motivo, o Estado hoje é um forte pilar de sustentação do capitalismo.

O Estado extrapola o âmbito político e funciona como agente econômico do capitalismo, atuando para evitar ou mesmo minimizar o papel de suas crises ou das quedas em suas taxas de lucro. Isso pode acontecer de várias maneiras: concedendo empréstimos a setores centrais da economia, incentivando o desenvolvimento de setores da economia, perdendo dívidas, reformulando o sistema de importação/exportação, subsidiando produtos, gerando receitas com a venda de produtos oriundos das empresas estatais, etc. Os planos assistenciais também têm um papel relevante, pois aumentam o poder de consumo de setores da população, movimentando e aquecendo a economia capitalista. Também, o Estado cria leis que visam garantir a acumulação de longo prazo dos capitalistas e fazer com que a sede por lucro dos capitalistas não coloque em risco o próprio sistema.

Com o decorrer do processo histórico, notou-se que não há como um sistema se sustentar apenas baseado em repressão. O Estado, que assim se sustentou por uns tantos anos, aos poucos foi se modificando, visando garantir a legitimidade do capitalismo. Um Estado que defendesse claramente a posição dos capitalistas poderia acirrar a luta de classes e, portanto, nada melhor, do ponto de vista capitalista, do que lhe dar um aspecto de neutralidade, fazendo com que parecesse um organismo independente, ou mesmo autônomo, em relação à classe dominante ou ao próprio capitalismo. Sempre com o objetivo de esfriar a luta de classes, o Estado desenvolveu medidas em favor das classes exploradas, pois, com melhores condições de vida, a chance de radicalizações seriam menores. Por outro lado, movimentos de trabalhadores organizados foram capazes de impor ao Estado medidas que lhes traziam benefícios, mesmo que em detrimento dos capitalistas.

Assim como a democracia representativa, as medidas que melhoraram as condições dos trabalhadores funcionam, para o Estado, sempre como uma ferramenta ideológica de passar esta idéia de neutralidade, independência e autonomia. No entanto, devem servir de lição ao mostrar que como o Estado tem a obrigação de garantir esta legitimidade, muitas vezes há espaço para os trabalhadores organizados imporem medidas em seu favor, sendo necessário, portanto

(...) arrancar do governo e dos capitalistas todas as melhorias de ordem política e econômica que podem tornar menos difíceis para nós as condições da luta e aumentar o número daqueles que lutam conscientemente. É preciso, portanto, arrancá-las por meios que não impliquem o reconhecimento da ordem atual e que preparem o caminho ao futuro.⁴⁴

Apesar disso, deve-se ter em mente que o Estado, como forte pilar do capitalismo, busca sustentá-lo e se o capitalismo é um sistema de exploração e dominação, o Estado não poderia fazer outra coisa, senão sustentar a relação de classes que existe em seu seio. Desta forma, o Estado defende os capitalistas em detrimento do trabalhador, que só possuindo “como riqueza seus braços, nada tem a esperar do Estado; encontra nele apenas uma organização feita para impedir a qualquer preço sua emancipação”⁴⁵.

⁴⁴ Errico Malatesta. “‘Idealismo’ e ‘Materialismo’”. In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989 p. 141. Livro em processo de reedição pela editora Scherzo.

Qualquer tentativa de mudança no sistema levada a cabo pelas classes exploradas é reprimida duramente pelo Estado. Quando a ideologia não funciona, vem a repressão e o controle. Como possui o monopólio do uso da violência na sociedade, sempre a coloca para fazer cumprir as leis, e como as leis foram feitas para que os privilégios da sociedade capitalista sejam mantidos, então a repressão e controle do Estado vêm sempre com a finalidade de sustentar a “ordem”, ou seja, de manter os privilégios do capitalismo e a classe dominante no domínio. Ao menor sinal das classes exploradas, que signifique uma ameaça, o Estado reprime brutalmente, sempre visando à continuidade do sistema, que possui a violência como um de seus pilares centrais.

Ao contrário do que acreditaram (e ainda acreditam) os socialistas autoritários, o Estado não é um organismo neutro, que pode funcionar a serviço dos capitalistas ou dos trabalhadores. Se os anarquistas tanto escreveram sobre o Estado é justamente porque a crítica ao capitalismo era consenso entre libertários e autoritários – a divergência era em torno do Estado. Os autoritários sustentavam a tomada do Estado e a ditadura do proletariado como uma fase intermediária – que se chamou falsamente socialismo –, entre capitalismo e comunismo. Este “socialismo” é uma forma de governo da maioria pela minoria, “tendo por efeito consolidar, direta e infalivelmente, os privilégios políticos e econômicos da minoria governante e a escravidão econômica e política das massas populares”⁴⁶. Nós sustentamos que

(...) nenhum Estado, por mais democráticas que sejam as suas formas, mesmo a república política mais vermelha, popular apenas no sentido desta mentira conhecida sob o nome de representação do povo, está em condições de dar a este o que ele precisa, isto é, a livre organização de seus próprios interesses, de baixo para cima, sem nenhuma ingerência, tutela ou coerção de cima, porque todo Estado, mesmo o mais republicano e mais democrático, mesmo pseudopopular (...) não é outra coisa, em sua essência, senão o governo das massas de cima para baixo, com uma minoria intelectual, e por isto mesmo privilegiada, dizendo compreender melhor os verdadeiros interesses do povo, mais do que o próprio povo.⁴⁷

A posição dos libertários, que reivindicamos hoje, é que para a construção do socialismo, o Estado deve ser destruído, juntamente com o capitalismo, por meio da revolução social. Isso, pois “quem diz Estado, diz necessariamente dominação e, em consequência, escravidão; um Estado sem escravidão, declarada ou disfarçada, é inconcebível; eis por que somos inimigos do Estado”⁴⁸. O Estado julga compreender as necessidades do povo melhor do que o próprio povo e sustenta uma forma hierárquica de gestão da sociedade, constituindo-se o meio pelo qual a classe nele presente exerce domínio sobre as outras, daqueles que não fazem parte do Estado. Qualquer Estado cria relação de dominação, exploração, violência, guerras, massacres e torturas, sob o pretexto de proteger o “cidadão”, assim como subjuga

as províncias e cidades que compõem o Estado que, como grupos naturais, deveriam gozar de plena e integral autonomia. [Estas,] serão, ao contrário, governadas e administradas não por si mesmas, como convém às cidades e às províncias associadas, mas por autoridade central e como populações conquistadas.⁴⁹

⁴⁵ Piotr Kropotkin. “A Decomposição dos Estados”. In: *Palavras de um Revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005 p. 30.

⁴⁶ Mikhail Bakunin. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003 p. 169.

⁴⁷ *Ibidem*. p. 47.

⁴⁸ *Ibidem*. p. 212.

⁴⁹ Pierre-Joseph Proudhon. “Crítica às Constituições”. In : *Proudhon*. São Paulo: Ática, 1986 p. 87.

Assim como a concepção ditatorial de socialismo, a democracia representativa sustenta que há possibilidade de mudança por meio do Estado. Ao delegarmos nosso direito de fazer política⁵⁰ a uma classe de políticos que entra no Estado para nos representar, estamos concedendo um mandato sem qualquer controle a alguém que toma as decisões por nós: há uma divisão inevitável entre a classe que faz a política e as classes que a segue. Em um primeiro momento, já podemos afirmar que a democracia representativa aliena politicamente, visto que separa o povo daqueles que fazem a política no lugar do povo: vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores etc. Quanto mais os políticos se responsabilizam pela política, menos o povo faz política e mais fica alienado e longe das tomadas de decisão. Isso, obviamente, condena o povo a uma posição de espectador e não de “senhor de si mesmo”, que é diretamente responsável pela solução de suas questões, sendo, portanto, “a emancipação do proletariado (...) impossível em qualquer Estado que seja, e que a primeira condição desta emancipação é a destruição de todo Estado”⁵¹.

Os “políticos” representam a hierarquia e a separação entre dirigentes e dirigidos, dentro e fora de seus próprios partidos. Eleitos, os partidos políticos devem conseguir ter relevância numérica nas votações, e para tanto precisam eleger um número significativo de candidatos. Os políticos são então tratados como uma mercadoria a ser vendida no “mercado eleitoral”; para crescer, os partidos fazem qualquer coisa – desviam dinheiro, abandonam programas, fazem alianças com qualquer um, etc. Os “políticos” não fazem política baseados nas vontades populares, mas tomam as decisões que favorecem o partido e seus próprios interesses, passando a gostar cada vez mais do poder. No fim das contas, os políticos e partidos querem conservar seus cargos e poderes, o que se torna um fim em si mesmo. A discussão das questões importantes da sociedade, que já é limitada – visto que o parlamento e o próprio Estado são pilares do capitalismo e, por isso, não permitem que suas raízes sejam modificadas – nem mesmo é tocada, nunca é prioridade, sendo a democracia representativa conservadora, limitando inclusive os pequenos progressos que podem ocorrer. Por este motivo, não devemos delegar a política a

peças sem nenhuma convicção, que viram a casaca entre liberais e conservadores, que se deixam influenciar por promessas, cargos, bajulações ou pânico –, este pequeno grupo de nulidades, que, dando ou recusando seus votos, decide todas as questões do país. São eles que fazem as leis ou as engavetam. São eles que sustentam ou derrubam os ministérios e que mudam a direção política.⁵²

Esta crítica do Estado não está ligada a uma ou outra forma de Estado, mas sim a todas as suas formas. Portanto, qualquer projeto de transformação social que aponte para a revolução social e o socialismo libertário deve ter como objetivo, o fim do capitalismo e também do Estado. Ainda que sustentemos o Estado como um dos fortes pilares do capitalismo, não acreditamos que com o fim do capitalismo, necessariamente, o Estado deixaria de existir.

⁵⁰ O termo “política” aqui utilizado, e que será utilizado muitas outras vezes ao longo do texto, é entendido como: “derivado do adjetivo originado de pólis (politikós) que significa tudo o que se refere a cidade, e conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social”. Norberto Bobbio *et alli*. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 1993 p. 954. Portanto, não entendemos política como aquela realizada por meio da democracia representativa. “Fazer política”, neste caso, significa participar e decidir efetivamente sobre as questões da sociedade e, especialmente, naquilo que nos afeta. Trabalhamos com a idéia que há política fora da esfera eleitoral.

⁵¹ Mikhail Bakunin. *Estatismo e Anarquia* p. 74.

⁵² Piotr Kropotkin. “O Governo Representativo”. In: *Palavras de um Revoltado* p. 154.

Hoje sabemos que não devemos nos confundir nem com o contexto do século XIX, que apontava para uma divergência sobre a questão do Estado entre os socialistas – e por isso a grande ênfase nos escritos sobre o tema –, ou com o contexto da Europa daquela época. Sabemos que as condições do Brasil são específicas e, se podemos aplicar estas críticas ao Estado hoje, temos de saber que nossa realidade é particular e que os rumos da economia mundial tem tido profunda influência sobre a forma de Estado com a qual convivemos.

Enfim, uma coisa é certa: o capitalismo e o Estado são, ainda hoje, os fundamentos de nossa sociedade de dominação e exploração, constituindo “para todos os países do mundo civilizado, um único problema universal”⁵³. Portanto, ainda é nosso “ideal: a emancipação total e definitiva (...) da exploração econômica e do jugo do Estado”⁵⁴.

⁵³ Mikhail Bakunin. *Estatismo e Anarquia* p. 73.

⁵⁴ *Ibidem*.

CONCEPÇÕES ANARCO-SINDICALISTAS DA AUTOGESTÃO*

René Berthier

Retirado do livro "Autogestão e Anarquismo". Editora Imaginário. SP: 2005.

Os libertários foram os primeiros, e durante muito tempo os únicos, a desenvolver a teoria da autogestão e dela fazer um princípio de ação. Hoje, essa palavra, muito degradada, empregada por quase todo o mundo, perdeu muito de sua significação, na medida em que a realidade que ela implica pode ser extremamente variável segundo aquele que a reivindique.

"Autogestão" é, antes de tudo o meio de pôr em aplicação o princípio: a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores. Isso implica estruturas organizacionais que permitem a aplicação desse princípio. Essas estruturas são, de saída, essencialmente organismos de base que permitem a expressão de todos os trabalhadores, simultaneamente no plano da empresa e no local de moradia. Vemos, então, já uma primeira característica da autogestão segundo os anarco-sindicalistas; ela é, desde as estruturas elementares da sociedade (empresa, localidade), simultaneamente econômica e política.

O organismo de base, o fundamento do âmbito institucional no qual se pratica a autogestão, situa-se no plano profissional, econômico, e no plano local, interprofissional, segundo que o trabalhador é concernido por problemas específicos à sua empresa, sua indústria, ou à sua localidade.

Autogestão significa antes de tudo: "gestão direta dos trabalhadores no organismo de base". As diferentes modalidades pelas quais os trabalhadores decidem a organização, a gestão etc., desse organismo de base, por mais importantes que elas sejam, não são essenciais. As diferenças específicas de cada empresa, localidade etc., tornarão necessárias modalidades diferentes de organização. Uma empresa como a Renault não será organizada do mesmo modo que um banco, pela simples razão que as condições objetivas de trabalho são diferentes. Nosso objetivo não é, portanto, antecipar um "estatuto modelo" de autogestão.

Aqueles que "descobriram" a autogestão em maio de 68, e que teorizam sobre o que os anarco-sindicalistas espanhóis praticaram em grande escala há trinta" anos, insistem erroneamente na autogestão da empresa, o que quer dizer que eles permanecem no nível da microeconomia.

Exemplos interessantes foram apresentados na revista *Autogestion*, mas até aqui, pouquíssimas coisas foram ditas sobre a organização geral da sociedade em regime de autogestão.

O anarco-sindicalismo cuidou, desde o início, de definir essa organização geral, considerando esta última como tão importante, senão mais, quanto à autogestão das unidades econômicas e políticas de base, a microautogestão, poder-se-ia dizer. Pois é essa organização geral que dará seu verdadeiro caráter à autogestão.

Que interesse há em que as fábricas sejam "autogeridas" se suas relações entre si, suas relações com seu ramo industrial e com a economia em geral, não se fazem segundo os mesmos princípios?

* Este texto foi redigido por um militante da *Aliança sindicalista* (organização anarco-sindicalista e sindicalista revolucionária fundada depois de maio de 1968, e da qual a imprensa falou na ocasião do último congresso F.O. Seu órgão mensal é *Solidarité ouvrière*). Todavia, ele não é assinado com o nome da *Aliança sindicalista* pois só circulou no grupo da região parisiense.

Todavia, nos dirão, autogerir todo um país é um absurdo! A gestão direta de todo um ramo industrial- e ainda com maior razão, de todo um país - é utopia!

É verdade, se considerarmos que a autogestão estendida a toda a sociedade significa reunir cinquenta milhões de pessoas numa praça pública para perguntar-lhes se é oportuno construir uma estrada em tal lugar ou uma barragem num outro ...

Eminentes "anarquistas", em tal situação, considerando que é impossível instituir a "democracia direta" no sentido mais literal da palavra, nas grandes unidades econômicas e políticas, preconizaram fundar comunidades, e que lá se encontrava o futuro da humanidade...

Consideramos que tais raciocínios vão na contramão da história, o que não significa, por sinal, que sejamos hostis à descentralização econômica e política, muito pelo contrário.

O FEDERALISMO, PRINCÍPIO DA AUTOGESTÃO SOCIAL

Como as diversas empresas e localidades de um país podem organizar-se sem que isso descredite o princípio da autogestão? Segundo os anarco-sindicalistas, a organização geral da sociedade em regime de autogestão só pode se dar pelo federalismo. Por essa razão, é preciso que se diga algumas palavras no que tange à essa noção, ela também amiúde deformada.

O federalismo opõe-se ao centralismo no sentido em que o primeiro funciona de baixo para cima, enquanto o segundo funciona de cima para baixo, sem consulta prévia. O federalismo estabelece o interesse geral por meio de consulta de nível em nível, o centralismo impõe-se nem determiná-lo nem discuti-lo.

No sistema federalista, quando o trabalhador transmite ou delega tudo ou parte de seus direitos a mandatários, individuais ou coletivos, é apenas após discussão e acordo preciso, sob controle permanente e severo. Ele pode, a todo momento, revogar seu mandatário e substituí-lo. No sistema centralista, fosse ele "democrático", a base não tem, definitivamente, nenhum poder sobre o cume.

Os mandatários aplicam estritamente seu mandato, e prestam contas deste àqueles que os mandataram. Estes últimos têm todo o direito de dizer se sim ou não o mandato foi respeitado, de aprovar ou desaprovar o mandatário.

O objetivo do federalismo é a representação dos interesses coletivos dos trabalhadores, exprimidos pelos próprios trabalhadores. Funciona com a ajuda de duas correntes, uma da base ao cume, a outra do cume à base. A primeira corrente, é a discussão e a decisão; a segunda, a ação.

A discussão tem por objetivo eliminar os interesses particulares e fazer surgir o interesse geral essencial na célula de base, depois de nível em nível, até o cume. É assim que se cria, partindo da base para chegar ao cume, uma sucessão de organismos de deliberação que exprimem o pensamento, o interesse comum, as decisões coletivas.

Se o movimento ascendente permite definir o interesse geral, os princípios, a tática a seguir, e, em substância, as modalidades gerais de organização social, o movimento descendente permite materializá-los pela ação em todos os planos.

O cume, expressão controlada dos diversos níveis inferiores, designa segundo as decisões de Congressos – soberanos porquanto são a emancipação da base - a fórmula geral de ação, e a transmite aos níveis imediatamente inferiores, as regiões. As regiões agem do mesmo modo com as localidades que as compõem e dão a estas o âmbito geral de ação regional, ao qual vêm acrescentar-se as próprias necessidades das localidades.

O mesmo processo aplica-se às localidades.

A corrente descendente é, portanto, a execução, por cada nível em seu âmbito bem definido, das decisões tomadas pelo conjunto dos trabalhadores ou agrupamentos de trabalhadores. Isso implica um certo número de coisas. No âmbito sindical:

1 - o indivíduo é livre em seu sindicato, ali exprime em toda ocasião sua posição, dá sua opinião sobre todas as questões, com a única ressalva de respeitar as decisões tomadas pela Assembléia geral do sindicato, após deliberação.

2 - os sindicatos são livres em suas Uniões locais, Uniões regionais, Federações de indústria, com' a única ressalva de respeitar e executar as decisões dos diversos organismos depois de ter emitido seu ponto de vista.

3 - a mesma liberdade é conferida às Uniões locais, Uniões regionais, Federações de indústria, nas mesmas condições, no seio da Confederação, e na Internacional eventualmente.

Os trabalhadores têm, portanto, coletivamente e em todos os níveis, o poder de decisão. Eles têm constantemente em suas mãos a direção real de suas organizações.

Vemos que, contrariamente ao que dizem os detratores do anarco-sindicalismo e do sindicalismo revolucionário, nós nos posicionamos de longe acima dos problemas categoriais, corporativos e locais; a autogestão não pode existir, e sobreviver, se for aplicada no âmbito do sistema capitalista, e se não for generalizada em todos os aspectos da vida econômica e social; ela é incompatível com todo sistema econômico e político centralizado, com o Estado.

Mas é preciso também estar conscientes de que a organização econômica e política da sociedade implica uma coordenação das atividades do país, coordenação que pode ser estendida em nível internacional. É nesse sentido que o federalismo é o complemento necessário da autogestão.

AS ENGRENAGENS DA AUTOGESTÃO FEDERALISTA

Na concepção anarco-sindicalista, o federalismo é simultaneamente vertical e horizontal.

No plano vertical, cada empresa está federada às outras empresas do ramo de indústria, até o nível nacional, e as diferentes federações de indústrias federadas entre si, constituem uma Confederação.

No plano horizontal, cada empresa de um ramo de indústria está federada às outras empresas da localidade, constituindo a União local, as Uniões locais são federadas entre si na confederação. Assim, quer seja na empresa, no ramo de indústria, na economia em seu conjunto; quer seja na localidade, na região, em todo o país, todos os aspectos da vida econômica, política e social acham-se sob o controle dos trabalhadores e de sua organização de classe. É nessa organização que se tomam as decisões, e é por essa organização que são aplicadas as decisões concernentes à atividade econômica, política do país.

O último número da *revista Autogestion* tratava do problema da autogestão e dos sindicatos. O anarco-sindicalismo, e o sindicalismo revolucionário, consideram que o sindicato, sendo a organização de classe do proletariado, é a ele que cabe o papel de organização da sociedade, geralmente atribuído aos partidos políticos. Assim, o anarco-sindicalismo está em oposição total com o próprio princípio do partido político. Desnecessário dizer também que esse tipo de sindicalismo não tem grande coisa em comum com os sindicatos tradicionais existentes. A autogestão, tal como a concebemos, faz-se no próprio âmbito do sindicato, e não em oposição a ele. O sindicato é apenas a

estrutura que permite à autogestão ter um alcance nacional, e mesmo internacional. O sindicato, no limite, é apenas a federação dos conselhos operários: a diferença essencial é que o sindicato já existe na sociedade capitalista, sendo ali um órgão de defesa dos trabalhadores, e, em seu seio, os trabalhadores preparam-se à gestão coletiva, à autogestão. Não há, pois, nenhuma incompatibilidade entre sindicato e conselho operário.

O comitê de oficina

Cada oficina, serviço, elege um comitê de oficina à razão de um delegado por 20 ou 50 trabalhadores como se faz atualmente na Itália, na metalurgia. Os delegados são revogáveis a qualquer instante; eles são plenamente representativos do sindicato; sua tarefa é analisar as condições de trabalho em sua oficina, estabelecer suas normas com os trabalhadores, formular todas as questões levantadas pelos trabalhadores concernentes à organização do trabalho no conselho de fábrica. O delegado de oficina é responsável pela aplicação e pela proteção dos direitos dos trabalhadores.

É nessas assembleias gerais de oficina, de fábrica e de sindicato que os trabalhadores determinam as condições nas quais eles estimam dever trabalhar, e determinam a política econômica a seguir, elegendo as seções técnicas encarregadas da gestão das empresas.

O comitê de fábrica

Os delegados de oficina, reunidos, formam o conselho de fábrica. O conselho de fábrica é composto dos representantes de todos os serviços da empresa. O conselho de fábrica é o órgão essencial do sindicato na empresa; ele deve ser capaz de fazer a síntese política das diferentes necessidades dos trabalhadores, religando os interesses de grupos isolados na estratégia do movimento em seu conjunto. Ele representa os interesses dos trabalhadores da empresa, e também é seu órgão de execução.

O conselho de fábrica tem a tarefa de distribuir o trabalho às oficinas, assegurar sua execução, prover o abastecimento, o transporte, segundo as instruções que receber do sindicato de indústria.

Cabe-lhe estabelecer entre as oficinas as ligações necessárias, organizar o trabalho nas melhores condições possíveis etc.

Nesse ponto, uma questão de mais alta importância se coloca: qual deve ser a célula de base da produção? O comitê de oficina, o conselho de fábrica, ou o sindicato de indústria? Para os anarco-sindicalistas, a célula de base da produção é o sindicato de indústria. Sendo formado pelo conjunto dos trabalhadores de todas as oficinas e de todas as fábricas de uma mesma localidade, de uma mesma indústria (exemplo: sindicato dos transportes de tal cidade), ele é o órgão mais apto a organizar e a dirigir a produção numa localidade. É ele que representa os trabalhadores de sua indústria na união local e no conselho econômico local, seu órgão técnico.

Os conselhos de fábrica e os comitês de oficina, ao contrário, especializados num ramo de indústria ou numa parte desse ramo, não estão em medida de organizar toda uma indústria nem assegurar a ligação necessária entre todas as fábricas de uma localidade emanando de uma mesma indústria; sua atividade limita-se forçosamente à sua oficina ou à sua fábrica. É, pois, por intermédio dos sindicatos de indústria que se faz a federação dos conselhos de fábrica.

Além das razões de eficácia, os anarco-sindicalistas, considerando o sindicato de indústria como organismo de base da produção, são motivados pela preocupação de

evitar todo corporativismo, e toda tendência que poderia manifestar-se entre os trabalhadores para se considerar como individualmente proprietários de sua empresa e não mais coletivamente; têm a preocupação de evitar uma rivalidade entre os trabalhadores das diferentes empresas etc.

Os sindicatos de indústria

É necessário coordenar as atividades das empresas da localidade: abastecimento em matérias-primas, estocagem, transportes etc.: a própria situação do sindicato de indústria, sua constituição, indicam-lhe o papel que ele tem a desempenhar na organização econômica da localidade. É ele' que entrega a união local a produção industrial com vistas a uma repartição ou a uma troca pelos ofícios comunais qualificados.

As Uniões locais

São organismos completos da produção, cuja esfera de atividade determina a extensão da comuna, organismo político; elas têm por papel dirigir toda a produção da localidade, fazê-la executar segundo o programa estabelecido pelo conselho econômico do trabalho - organismo confederal cujos membros são os representantes das federações de indústria, e cujo papel é de ordem técnica exclusivamente.

As Uniões locais são administradas por um conselho designado pelos sindicatos reunidos em congresso. A gestão é controlada de modo periódico e freqüente por um comitê composto de delegados diretos dos sindicatos.

Elas asseguram a ligação entre todos os sindicatos locais e coordena sua atividade. É sobre ela que repousa todo o sistema de organização local.

As Uniões regionais

Elas desempenham, na extensão de sua esfera de atividade, o mesmo papel que as Uniões locais, mas de um modo muito mais vasto. Seu comitê, composto por representantes das uniões locais, tem por tarefa, com o concurso das federações regionais de indústria, coordenar e dirigir toda a organização da produção regional fazê-la executar segundo as diretrizes do Conselho econômico do trabalho.

Os organismos nacionais

As federações de indústria são constituídas por todos os sindicatos de um mesmo ramo da economia, no plano nacional. Elas estão, portanto, em condição, cada uma em sua indústria, de conhecer a capacidade -de produção da indústria, o estado geral dos recursos, a importância das importações necessárias e aquela das exportações possíveis. Representantes das federações de indústria formam, reunidos, o Conselho econômico do trabalho, que fornece aos organismos econômicos e sociais todas as informações necessárias em todos os planos, em todos os campos.

De posse de todas as informações concernentes à produção, ao consumo e à troca, informações que lhe terão sido fornecidas por todos os níveis inferiores segundo o processo do federalismo democrático, ele estará em condição, com o concurso dos diferentes ofícios qualificados, de indicar às regiões por indústria a produção a efetuar, organizar a alimentação em matérias-primas, as importações e a exportação.

O conselho econômico do trabalho está sob o controle da Confederação, única responsável perante os sindicatos. É ele que informará os conselhos econômicos regionais que, por sua vez, distribuirão o trabalho aos conselhos locais e estes aos sindicatos.

A exposição que fizemos não tenciona ser nem imutável, nem completa. Muitos pontos permanecem na incerteza para aqueles que querem ir até os mínimos detalhes; inversamente, aqueles que, segundo a tradição marxista, pensam que não se deve dar a receita da marmita da revolução, podem pensar que em nossa exposição há em demasia. Entretanto, não é uma receita que damos aqui. Estamos perfeitamente conscientes dos problemas que se colocam no procedimento que seguimos, mas não pretendemos expor ex nihilo um sistema que só funciona perfeitamente no papel.

Muito amiúde, esses mesmos intelectuais que fazem hoje a apologia da autogestão, ignoram totalmente que os anarcosindicalistas espanhóis organizaram a indústria e a agricultura em várias províncias - e com incontestáveis sucessos econômicos, levando em consideração as circunstâncias da guerra. [...]

É fácil, então, quando ignoram - ou fingem ignorar - as experiências às quais nós nos referimos, acusar-nos de fazer autogestão no papel, utopia, para dizer tudo. A verdadeira conspiração do silêncio que envolve a autogestão revolucionária espanhola, explica-se em grande parte pelo fato de que essa experiência é um desmentido histórico total em todos os pressupostos do marxismo, e mais particularmente, do leninismo: em especial, o fato de que o sindicato não pode encarregar-se da organização da sociedade.

Assim, nós nada inventamos: acabamos simplesmente de descrever o esquema de organização da economia controlada pela C.N.T., organização anarco-sindicalista, forte, naquele momento, de dois milhões de aderentes.

Não era nossa intenção estabelecer um programa. Não buscamos aplicar hoje na França o que era válido há trinta- anos na Espanha. Por sinal, não estava no âmbito do assunto expor um ponto de vista tático sobre o procedimento a seguir no âmbito da situação política e econômica atual.

Todavia, pensamos que para construir, é preciso ter uma idéia do que se quer edificar, fosse essa idéia geral. Quanto mais os trabalhadores refletirem sobre isso antes da revolução, menos tempo perderão depois, embora grandes modificações devam ser trazidas. Sem preparação para a autogestão, não há autogestão possível. Só citarei por exemplo uma passagem do manifesto da Aliança sindicalista:

“A preparação dos trabalhadores manuais e intelectuais à gestão direta e responsável das empresas industriais e agrícolas e dos serviços públicos, segundo as normas adequadas à sua diversidade e à sua função... necessita do desenvolvimento das capacidades gestionárias ou autogestionárias dos trabalhadores.

E, nesse sentido, uma parte do trabalho da Aliança será desenvolver os conhecimentos sócio-econômicos de seus membros e do maior número de trabalhadores possível.”

o sistema autogestionário que preconizamos tem hoje suas raízes no movimento operário. Não fazemos senão observar, analisar sua experiência histórica em matéria de organização. É só a partir disso que podemos determinar as linhas gerais do que poderá ser a autogestão. As estruturas gerais da autogestão, já existem, bem como seu âmbito organizacional, na experiência e nas conquistas da classe operária. Buscar alhures a autogestão e o socialismo, isso é que é utopia.

* Leia-se sessenta e poucos anos, (N. do T.)

Um dos objetivos essenciais que nós nos fixamos é mostrar aos trabalhadores que as formas gerais da autogestão podem ser deduzidas de suas formas de ação e de organização, atuais. O âmbito no qual se pode praticar a autogestão já existe, mas é como uma potente máquina que se faz funcionar lentamente, ou melhor, que forças contrárias ao movimento operário esforçam-se para fazê-la funcionar fracamente.

O papel dos militantes anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários é esforçar-se para dar a essa estrutura amplas prerrogativas, um papel prático e teórico maior, estender seu campo de aplicação a todos os campos da vida social. É preciso dar ao sindicato um papel *qualitativamente diferente*, expor uma doutrina segundo a qual *nada é estranho ao sindicato*.

A melhor definição da autogestão operária, tal como a concebemos, e que vem a ser (involuntariamente) a melhor apologia, é Lenin quem nos dá, o que prova, por sinal, que ele havia compreendido muito bem o perigo:

"[...] sindicalizar o Estado, isso equivale a entregar o aparelho do Conselho Superior da Economia Nacional, aos pedaços, nas mãos dos sindicatos correspondentes [...]"

O sindicalismo confia a gestão dos ramos de indústria [...] à massa dos operários sem partido, repartidos nas diferentes produções [...] Se os sindicatos, quer dizer, em seus nove décimos, os operários sem partido, designam [...] a direção da indústria, *para que serve o partido?*" (Em *La crise du parti*, 19 de janeiro de 1921.

OBJETIVOS FINALISTAS: REVOLUÇÃO SOCIAL E SOCIALISMO LIBERTÁRIO

Capítulo 5 Do Livro “Anarquismo e Organização”

Tendo traçado um breve diagnóstico da atual sociedade de dominação e exploração, afirmamos dois objetivos que entendemos por finalistas: a revolução social⁵⁵ e o socialismo libertário. A revolução social tem por objetivo destruir a sociedade de exploração e dominação. O socialismo libertário é o que dá o sentido construtivo à revolução social. Juntos, a destruição – como conceito de negação – e a construção – como conceito de proposição – constituem a transformação social, possível e efetiva, proposta por nós. “Não há revolução sem destruição profunda e apaixonada, destruição salvadora e fecunda, justo porque dela e, só por ela, criam-se e nascem os novos mundos.”⁵⁶ No entanto, só a destruição não é suficiente, já que “ninguém pode querer destruir sem ter pelo menos uma remota imaginação, real ou falsa, da ordem de coisas que deveria, em sua opinião, substituir ao que existe atualmente”⁵⁷.

A revolução social é um dos resultados possíveis da luta de classes e consiste na alteração violenta da ordem social estabelecida, sendo considerada por nós o único meio de se pôr fim à dominação e à exploração. Ela se difere das revoluções políticas dos jacobinos e leninistas, por sustentar a alteração da “ordem”, não somente como uma mudança política, por meio do Estado, trocando uma minoria dirigente por outra. Como enfatizamos anteriormente, para nós, o Estado não é um meio de emancipação das classes exploradas, nem que ele seja retirado das mãos dos capitalistas, de maneira revolucionária, por uma suposta vanguarda que diz atuar em nome do proletariado. Uma revolução política como a Revolução Francesa ou a Revolução Russa, que não acaba com o Estado para produzir a igualdade em seu seio, torna-se uma revolução burguesa e termina “infallivelmente, em uma nova exploração, mais hipócrita e mais sábia, talvez, mas que não diminuirá a opressão do proletariado pela burguesia”⁵⁸.

Diferentemente da revolução política, a revolução social é realizada pelo povo das cidades e do campo que levam a luta de classes e sua correlação de forças com o capitalismo e o Estado ao limite, por meio da organização popular. A revolução social acontece quando a força social desenvolvida no seio da organização popular é maior do que a do capitalismo e do Estado e, colocada em prática, implanta estruturas que sustentam a autogestão e o federalismo, extinguindo a propriedade privada e o Estado, trazendo à tona uma sociedade de igualdade e liberdade plenas. É a revolução social que trará a emancipação popular, conforme diversas vezes afirmado por Bakunin:

É precisamente com este sistema antigo de organização pela força que a revolução social deve acabar, devolvendo a plena liberdade às massas, aos grupos, às comunas, às associações, aos próprios indivíduos, e destruindo, de uma vez por todas, a causa histórica de todas as violências, o poderio e a própria existência do Estado [...]. [A revolução social é a] abolição de toda

55 Estamos trabalhando com o conceito clássico de revolução social, desenvolvido por Bakunin, que a considera uma transformação dos aspectos econômicos, políticos e sociais da sociedade. Quando a distinguimos da revolução política, buscamos, da mesma maneira, uma diferenciação clássica, que trata a revolução política como uma transformação que se dá somente em nível “político”, por meio do Estado.

56 Mikhail Bakunin. *Estatismo e Anarquia*, p. 52.

57 Idem. “Protesta de la Alianza”. In: Frank Mintz (org.). *Bakunin: crítica y acción*. Buenos Aires: Anarres, 2006, p. 33.

58 Idem. “Cartas a un francés”. In: Frank Mintz (org.). *Bakunin: crítica y acción*, p. 22.

Exploração e de toda opressão política, jurídica ou administrativa e governamental, até a abolição de todas as classes por meio do nivelamento econômico de todas as riquezas [...].⁵⁹

A revolução social não é uma “grande noite”, em que, espontaneamente, o povo se insurge e produz uma nova sociedade. É inegável que a luta de classes produz uma série de levantes ou até insurreições, acontecimentos espontâneos de muita relevância. No entanto, se não houver um intenso e duro trabalho prévio organizativo, estes episódios passarão, algumas vezes até com ganhos para as classes exploradas, mas não conseguirão derrubar o capitalismo e o Estado, nem dar corpo à nova sociedade. A construção da organização popular desenvolverá o espírito de luta e organização nas classes exploradas, buscando o acúmulo de força social e incorporando em seu seio os meios de luta em acordo com a sociedade que desejamos construir. Desta maneira, não entendemos a revolução social como simples evolução e nem como consequência obrigatória das contradições do capitalismo, mas um episódio que marca a ruptura e é determinado pela vontade das classes exploradas organizadas.

Enfatizamos que neste processo revolucionário há necessidade do uso da violência, pois não acreditamos que a expropriação dos capitalistas ou mesmo a destruição do Estado possa ser feita sem que a classe dominante promova a violência. Inclusive, o sistema em que vivemos já é um sistema baseado na violência para sua manutenção, e sua exacerbação nos momentos revolucionários só justifica a utilização da violência por parte dos revolucionários, fundamentalmente como resposta à violência sofrida no passado e no presente. “A violência só é justificável quando é necessária para defender a si mesmo ou defender os outros contra a violência.”⁶⁰ A classe dominante não aceitará as mudanças impostas a ela no momento concretização da revolução social. Por isso é necessário saber que, apesar de não sermos incentivadores e nem amantes da violência, ela será necessária para o golpe que pretendemos desferir contra todo este sistema de dominação e exploração.

Sendo a revolução, pela força das coisas, um ato violento, tende a desenvolver o espírito de violência ao invés de destruí-lo. Mas a revolução, conduzida como a concebem os anarquistas, é a menos violenta possível; ela procura interromper toda violência tão logo cesse a necessidade de opor a força material à força material do governo e da burguesia. [...] O ideal dos anarquistas é uma sociedade na qual o fator violência terá desaparecido completamente e este ideal serve para frear, corrigir e destruir este espírito de violência que a revolução, como ato material, teria a tendência a desenvolver.⁶¹

A ação violenta da revolução social, no mesmo momento da expropriação dos capitalistas, deve destruir imediatamente o Estado, dando lugar às estruturas autogeridas e federadas, experimentadas e vigentes dentro da organização popular. Portanto, a concepção autoritária de “socialismo” como período intermediário, em que se estabelece uma ditadura dentro do Estado, não é, para nós, senão outro meio de continuar a exploração do povo e deve ser rechaçada absolutamente, sob qualquer circunstância.

⁵⁹ *Idem*. “La Comuna de Paris y la Noción del Estado” e “Estatismo e Anarquía”. In: Frank Mintz (org.). *Bakunin: crítica y acción*, pp. 22-23. Há tradução dos dois textos ao português, feitas por Plínio A. Coêlho. A de *Estatismo e Anarquía*, na publicação já citada, e a de “A Comuna de Paris e a Noção de Estado”, no recém-publicado: Mikhail Bakunin. *O Princípio do Estado e Outros Ensaios*. São Paulo: Hedra, 2008.

⁶⁰ Errico Malatesta. “A Violência e a Revolução”. In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*, p. 40.

⁶¹ *Idem*. “Uma Vez Mais Sobre Anarquismo e Comunismo”. In: *Anarquistas Socialistas e Comunistas*, p. 70.

Como a revolução social não deverá ser feita somente pelos anarquistas, é importante que estejamos completamente inseridos nos processos de luta de classes,

para poder dar à revolução o rumo do socialismo libertário. Isto porque as experiências das revoluções do século XX nos mostram que, caso isso não ocorra, os autoritários dizimarão as experiências emancipadoras, para ocuparem o Estado, acabando com a possibilidade de autogestão e federalismo, constituindo regimes mais tirânicos do que os anteriores. Por este motivo, a revolução é um risco, pois, se os anarquistas não estiverem suficientemente inseridos para poder dar-lhe o rumo desejado, trabalharão para que outro regime de dominação e exploração seja implantado. Uma cultura autogestionária e federalista já deve estar bem desenvolvida nas lutas de classe para que o povo, no momento revolucionário, não se deixe oprimir por oportunistas autoritários e isso se dará por meio de práticas classistas de autonomia, combatividade, ação direta e democracia direta. Quanto mais estes valores estiverem na organização popular, menor será a possibilidade de se constituírem novas tiranias.

Por mais que rechacemos complementemente a concepção de “socialismo” marxista, de ditadura no Estado, é inegável que haja um momento pós-revolucionário de adaptação, rumo ao socialismo libertário. Este momento pode ser ainda de muitos conflitos, e por isso deverá contar com as organizações específicas anarquistas que só se fundirão às organizações sociais em um período posterior, de desenvolvimento pleno do socialismo libertário, quando a ameaça de contrarrevolução tiver passado e o socialismo libertário estiver em funcionamento pleno.

Quando tratamos da nossa concepção de revolução social ou mesmo quando pensamos em uma possível sociedade futura, queremos deixar claro que não estamos buscando determinar de antemão, de maneira absoluta, como se dará o processo revolucionário ou mesmo o socialismo libertário. Sabemos que não há condições de se prever quando esta transformação acontecerá, e por isso, quaisquer reflexões devem considerar este caráter de estratégico de projeção das possibilidades futuras, sempre a partir de possibilidades, de referências, e não de certezas absolutas. As características do processo revolucionário dependerão de onde e quando ele se der.

Portanto, as reflexões aqui explicitadas sobre a revolução social, e principalmente sobre o socialismo libertário não devem ser entendidas como fórmulas ou previsões do que necessariamente ocorrerá. Trabalhamos com possibilidades que contemplam nossas expectativas teóricas. No entanto, se não queremos ser muito afirmativos por um lado, por outro pensamos ser importante as discussões sobre a sociedade futura e o possível funcionamento do socialismo libertário. Neste ponto, acreditamos que as experiências revolucionárias práticas possuem muito a nos ensinar.

Defender o socialismo libertário como proposta de sociedade futura implica, para nós, em relacionar dois conceitos indissociáveis quando se trata de um projeto político. De um lado o socialismo, sistema baseado na igualdade econômica, política e social, e de outro a liberdade. Para nós, “o socialismo sem liberdade é a escravidão e a brutalidade”⁶², um sistema que se degenera em regimes autoritários, que bem conhecemos ao longo do século XX. Ao mesmo tempo, “a liberdade sem o socialismo é o privilégio, a injustiça”⁶³, uma forma de continuar a dominação e a exploração em uma sociedade de classes e de hierarquias autoritárias. Portanto, um projeto de sociedade futura que privilegie a igualdade e a liberdade só pode ser, para nós, o socialismo libertário, que toma forma nas práticas de autogestão e federalismo.

⁶² Mikhail Bakunin. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*. São Paulo: Cortez, 1988, p. 38.

⁶³ *Ibidem*.

Apesar de serem termos surgidos em épocas diferentes⁶⁴, autogestão e federalismo hoje estão necessariamente ligados e devem ser entendidos como conceitos

complementares. A autogestão é uma forma de gestão, um modelo de organização, em que as decisões são tomadas pelos próprios trabalhadores, na medida em que são afetados por elas, seja a partir de seus locais de trabalho ou das comunidades onde vivem. O federalismo é um método de articular estruturas autogestionárias, possibilitando as tomadas de decisão em larga escala. Interpretações contemporâneas da autogestão e do federalismo separam a primeira como sistema econômico e o segundo como sistema político do socialismo libertário. Nós não entendemos desta maneira a separação entre o econômico e o político, quando se trata de autogestão e federalismo.

A sociedade autogestionária e federalista do socialismo libertário tem como um de seus objetivos a desalienação e o fim das relações de dominação e exploração do trabalho. A crítica realizada hoje ao trabalho, inclusive por libertários, é para nós uma crítica ao trabalho dentro do capitalismo e não uma crítica ao trabalho enquanto tal. No socialismo libertário, o trabalho livre deve ser um dos meios da libertação dos trabalhadores que, com a autogestão, trarão de volta a si mesmos a riqueza que lhes é usurpada pela propriedade privada capitalista. Desta forma, a socialização do trabalho, dos produtos do trabalho, dos meios de produção, das formas, ritmos e tempos de trabalho, contribuirão para a criação de um modelo de trabalho como “ação inteligente dos homens em sociedade com o fim preconcebido de satisfação pessoal”⁶⁵. Na nova sociedade todos que possuem condições deverão trabalhar, não havendo mais desemprego, e o trabalho poderá ser executado de acordo com a habilidade e a disposição pessoal. As pessoas não serão mais obrigadas a aceitar qualquer coisa pela ameaça de passar necessidades e não terem as mínimas condições de vida. Às crianças, aos velhos e àqueles impossibilitados de trabalhar estará assegurada uma vida digna, sem privações com todas suas necessidades supridas. Para as tarefas mais enfadonhas ou entendidas como desagradáveis, em alguns casos, se poderá realizar rodízios ou alternâncias. Mesmo no caso da realização da produção, onde for preciso alguma coordenação de especialistas, será necessário também o rodízio na função e o empenho na formação de outros trabalhadores com idêntica capacitação para as tarefas mais complexas.

No socialismo libertário, não será mais possível ter poder ou maior remuneração por motivo de ser proprietário de um ou mais meios de produção. Isto porque a propriedade privada deverá ter sido abolida, dando lugar à propriedade coletiva dos meios de produção, que pode ser pensada de duas maneiras: 1.) ninguém efetivamente será proprietário e os meios de produção pertencerão à coletividade como um todo, ou 2.) todos os membros da coletividade serão donos de uma porção dos meios de produção, exatamente nas mesmas proporções que os outros. “Sendo os meios de produção obra coletiva da humanidade, têm que voltar à coletividade humana de onde saíram.”⁶⁶ Em um sistema de propriedade coletiva, os direitos, as responsabilidades, os salários e a riqueza não têm mais relação com a propriedade privada, e a antiga relação de classes, baseada na propriedade privada também deve desaparecer. O socialismo

⁶⁴ O termo “federalismo” é usado pelos anarquistas desde Proudhon, que formalizou suas teorias acerca do assunto em *Do Princípio Federativo* de 1863, e outros livros. O federalismo marcou os socialistas libertários do século XIX, principalmente aqueles que atuaram na AIT. Não confundir este federalismo libertário com o federalismo estatista. O termo “autogestão” surgiu somente um século depois, na década de 1960, para substituir outros como autogoverno, auto-administração, autonomia etc. Hoje, os dois têm significados diferentes, possuindo um sentido complementar em economia e política.

⁶⁵ Pierre-Joseph Proudhon. *De la création de l'ordre dans l'humanité*. In: *A Nova Sociedade*, p. 26.

⁶⁶ Piotr Kropotkin. “As Nossas Riquezas”. In: *A Conquista do Pão*, p. 30.

libertário é, portanto, uma sociedade sem classes. A classe dominante não existirá mais e todo o sistema de desigualdade, dominação e exploração terá desaparecido.

Nas cidades, há diferentes tipos de trabalhadores. Primeiramente, há aqueles que desenvolvem atividades com ferramentas simples, com quase sem nenhuma divisão do trabalho, em que a produção pode ser realizada, muitas vezes, por um trabalhador somente. Para este tipo de trabalhador, o trabalho coletivo não é uma necessidade, mas é desejável, visto que poupa tempo e força de trabalho, além de fazer com que um trabalhador se aprimore com as habilidades dos outros. Depois, há outros trabalhadores, que realizam suas atividades coletivamente com máquinas e ferramentas relativamente simples, em pequenas empresas ou fábricas. Finalmente, uma terceira categoria de trabalhadores de grandes empresas e indústrias, em que a divisão do trabalho é enorme, estruturas em que se produz em larga escala, com tecnologia de ponta e grandes investimentos materiais. Para estas últimas duas categorias, o trabalho coletivo é absolutamente necessário pela própria natureza do trabalho, já que toda a tecnologia, maquinário e ferramental devem ser coletivos. Desta forma,

toda oficina, toda fábrica, irá, conseqüentemente, organizar-se em uma associação de trabalhadores, que será livre para organizar-se da forma que achar melhor, contanto que os direitos individuais estejam garantidos e os princípios da igualdade e da justiça sejam colocados em prática. [...] Em qualquer lugar que uma indústria precise de equipamento complexo e trabalho coletivo, a propriedade coletiva também deve ser coletiva.⁶⁷

Nos campos, pode haver duas situações: a dos camponeses que trabalhavam em grandes propriedades, que deverão ser coletivizadas, da mesma forma que nas grandes empresas e indústrias; e os camponeses que preferirão ter seu próprio pedaço de terra e cultivá-la eles mesmos. Nesta economia mista,

[...] o principal propósito da revolução foi atingido: a terra tornou-se propriedade daqueles que nela trabalham e os camponeses não trabalham mais para o lucro de um explorador que vive de seu sofrimento. Com esta grande vitória obtida, o resto é de importância secundária. Os camponeses podem, se desejarem, dividir a terra em parcelas individuais e dar uma porção para cada família. Ou ainda, eles podem, ao invés disso, instituir a propriedade comum e o cultivo cooperativo da terra.⁶⁸

É importante mencionar que não consideramos a propriedade estatal como coletiva. Para nós, a propriedade coletiva é autogerida pelo povo, e não gerida pelo Estado, que quando centraliza a propriedade – no caso da URSS, por exemplo – não faz mais do que se tornar um Estado-patrão, que continua a explorar os trabalhadores. Mas no caso da permanência da propriedade individual do camponês, portanto aquele que trabalha a própria terra, seria mais adequado entender essa situação não como propriedade, mas como posse. Assim, a propriedade seria sempre coletiva e a posse individual. Posse, pois o valor da terra seria de uso e não de troca. E a relação com a mesma se daria na medida da necessidade do produtor e não mais do mercado. Tal situação altera tudo, sendo necessário assim elaborar uma nova categoria.

Ainda há uma questão fundamental que deve complementar o fim da propriedade privada rumo à igualdade que é o fim da herança, com o objetivo de impedir qualquer tipo de acumulação que tenha conseqüências sobre o ponto de partida no início da vida. Assim, a verdadeira igualdade será um objetivo, já que

⁶⁷ James Guillaume. "Ideas on Social Organization". In: Daniel Guérin. No Gods, No Masters. San Francisco: AK Press, 1998, p. 213.

⁶⁸ Ibidem. p. 210.

enquanto a herança existir, haverá desigualdade econômica hereditária, não a desigualdade natural dos indivíduos, mas a artificial das classes, e que esta se traduzirá necessariamente sempre pela desigualdade hereditária do

desenvolvimento e da cultura das inteligências e continuará a ser a fonte da consagração de todas as desigualdades políticas e sociais.⁶⁹

A economia do socialismo libertário é conduzida por trabalhadores e consumidores. Os trabalhadores criam o produto social e os consumidores aproveitam-no. Nestas duas funções, mediadas pela distribuição, o povo é responsável pela vida econômica e política, devendo decidir o que produzir, e os consumidores o que consumir. As estruturas locais do socialismo libertário em que trabalhadores e consumidores se organizam são os conselhos de trabalhadores e os conselhos de consumidores.

Conselhos são corpos sociais, veículos por meio dos quais o povo manifesta suas preferências econômicas e políticas e exerce a autogestão e o federalismo. Neles são determinadas e executadas as atividades econômicas e políticas cotidianas.

Cada local de trabalho poderá ser gerido por um conselho de trabalhadores, em que todos os trabalhadores têm os mesmos direitos, as mesmas responsabilidades e decidem sua gestão em igualdade, já que não há hierarquia. Em caso de necessidade, podem ser formados conselhos menores, por equipes, unidades, pequenas divisões ou mesmo conselhos maiores para grandes divisões, locais de trabalho ou indústrias. Nestes conselhos, os trabalhadores e demais envolvidos no processo de produção tomam todas as decisões.

Os consumidores podem se organizar nos conselhos de consumidores, que se dão dentro das comunidades. Assim, os indivíduos estão organizados nas famílias, estas no grupo de vizinhos, estes nos quarteirões, bairros, e assim por diante. Estes conselhos seriam responsáveis por apontar para os produtores, o que gostariam de consumir, já que entendemos que é a demanda que deve nortear a produção, e não o contrário.

O conselho de trabalhadores organiza a produção e o conselho de consumidores organiza o consumo. Obviamente, esta exposição pretende didatizar a realidade e os problemas que possivelmente irão mobilizar a futura sociedade autogestionária, mas, uma vez que, nesse novo contexto, os consumidores serão também os próprios trabalhadores, a tarefa dos conselhos se dará com maior facilidade, visto que o lucro não será mais o imperativo nas relações de produção.

No socialismo libertário, os conselhos de trabalhadores podem ainda não ter extinguido a separação entre o trabalho manual e intelectual, e isso deverá ser feito o quanto antes. O argumento que defende que tanto o trabalho manual como o intelectual são importantes, e que, por isso, deveriam ser igualmente reconhecidos e remunerados, não é verdadeiro. Muitas tarefas, fundamentalmente as que envolvem trabalho manual, são completamente desagradáveis, duras e alienantes, e não é justo que trabalhadores estejam inteiramente envolvidos com elas, enquanto outros se dedicam a desenvolver tarefas agradáveis, prazerosas, estimulantes e intelectuais. Se isso acontecer, certamente o sistema de classes estará recriado, não mais baseado na propriedade privada, mas em uma classe de intelectuais que comandarão, e uma outra de trabalhadores manuais que executarão os comandos.

Buscando acabar com esta separação, os conselhos de trabalhadores poderão ter um conjunto balanceado de tarefas para cada trabalhador, que seria equivalente para todos. Assim, cada trabalhador seria responsável por algumas tarefas agradáveis e estimulantes, que envolvem trabalho intelectual, e outras mais duras e alienantes, que envolvem trabalho manual. Não se trata de todos fazerem tudo ao mesmo tempo, mas

⁶⁹ Mikhail Bakunin. Federalismo, Socialismo e Antiteologismo, p. 37.

sim de todos desenvolverem um conjunto de tarefas que, se comparados, tenham o mesmo nível de trabalho intelectual e manual. Na prática, este processo funcionaria, por exemplo, com um trabalhador que desenvolve em uma escola a tarefa de professor por

algum tempo e também a de faxineiro. Ou alguém que trabalha em pesquisa na indústria, parte do tempo, e outra parte, auxiliando em um trabalho manual da produção. Uma outra pessoa poderia trabalhar todo o tempo em um trabalho que envolve algumas atividades manuais e outras intelectuais.

Obviamente que o esquema está simplificado, mas a idéia é que todos os trabalhadores de cada conselho tenham o mesmo nível de trabalho manual e intelectual, a partir de uma relação do tempo que dedicam à execução das tarefas e do nível destas tarefas (de trabalho manual e intelectual). É importante que os conselhos também tenham, entre eles, níveis equivalentes de trabalho manual e intelectual, de maneira que um trabalhador de um conselho tenha um conjunto balanceado de tarefas semelhante ao de um outro. Se eventualmente, em um determinado conselho, só existem tarefas manuais, então o trabalhador deve trabalhar em mais de um conselho.

O objetivo não é eliminar a divisão do trabalho, mas assegurar que as pessoas devem ter responsabilidade por uma sensata seqüência de tarefas, na maioria do tempo, para a qual tenham sido treinadas adequadamente e que ninguém desfrute de vantagens constantes, em termos de efeitos de capacitação de seu trabalho. [...] Todos possuem um conjunto de tarefas que, juntas, compõem seu emprego, de forma que todas as implicações de todo o conjunto de tarefas estejam na média, como todas as implicações para a capacitação de todos os outros trabalhos. [...] Todo trabalhador tem um emprego. Todo emprego tem muitas tarefas. As tarefas são ajustadas aos trabalhadores e vice-versa.⁷⁰

O objetivo na remuneração do socialismo libertário é que ela se guie pelo princípio comunista “de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades”. No entanto, entendemos que para a concretização deste princípio, o socialismo libertário já deve estar em pleno funcionamento, com uma produção em abundância. Até que isso seja possível, a remuneração pode ser feita sobre o trabalho, ou o esforço – sendo este entendido como sacrifício pessoal para o benefício coletivo. A remuneração pelo trabalho ou pelo esforço significaria que todos que possuem um conjunto balanceado de tarefas receberiam a mesma coisa e poderiam escolher como gastar. Uns prefeririam adquirir uma coisa ou outra, outros prefeririam investir em lazer, tempo livre, trabalho menos estressante etc. Um modelo que se aproximaria mais do clássico coletivismo, defendido pelos federalistas que atuavam na AIT do século XIX. Para nós, portanto, seria o caso de funcionar o coletivismo, valendo a máxima “de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo seu trabalho”, e, no momento em que fosse possível, aplicar o princípio comunista dando “a cada um segundo suas necessidades”. Na realidade isso “se torna uma questão secundária, uma vez que o problema da propriedade foi resolvido e que não há mais capitalistas que se apropriam do trabalho das massas”⁷¹.

O mercado estaria suprimido e em seu lugar se colocaria o sistema de planificação autogestionária, com a definição de preços sendo feita entre os conselhos de trabalhadores e consumidores, juntamente com suas federações e instâncias que facilitariam esta interação. Este modelo de planificação diverge da forma autoritária que os Estados planificaram a economia nos países “socialistas”. Ele possibilitaria aos

70 Michael Albert. PARECON. London: Verso, 2003, pp. 104-106. Para a discussão de complexo balanceado de tarefas, ver, neste livro, pp. 103-111.

71 James Guillaume. Op. Cit. p. 211.

Ele possibilitaria aos próprios trabalhadores e consumidores decidirem completamente sobre a distribuição, acabando com o problema da concorrência. Para que tudo isso funcione, acreditamos ser fundamental o papel desempenhado pela

tecnologia. Diferente de algumas tendências libertárias que acreditam que tecnologia tem, em si, o germe da dominação, nós pensamos que sem ela não há possibilidade de o socialismo libertário se desenvolver. Com o advento da tecnologia e sendo ela empregada em favor do trabalho, e não do capital, certamente haverá um ganho de produtividade e conseqüentemente uma redução significativa de tempo de trabalho das pessoas, que poderão utilizar este tempo para outras atividades. Estas tecnologias podem, também, ser consideradas como “as aplicações maravilhosas da ciência na produção, [...] que têm por missão emancipar o trabalhador, aliviando o trabalho humano [e constituindo] um progresso do qual se orgulha com justa razão o homem civilizado”⁷². Obviamente, entendemos que há boas e más tecnologias, e que, por isso, a sociedade necessita

não rejeitar em grande escala as tecnologias avançadas, mas sim peneirá-las, necessita realmente de um maior desenvolvimento da tecnologia [em acordo] com os princípios ecológicos, o que contribuirá para uma nova harmonização da sociedade e do mundo natural.⁷³

Esta preocupação em utilizar uma tecnologia que esteja em acordo com o meio ambiente deve ser considerada em todas as esferas da sociedade futura, atendendo as exigências de uma ecologia social.

Defender esta consciência ecológica não significa que os seres humanos estarão coagidos por um sistema de leis naturais, pois o homem é parte da natureza e, como tal, não deve estar submetido a ela. Obviamente que também não sustentamos que a relação de dominação entre seres humanos e natureza deva continuar. Ao contrário, ela deve cessar o quanto antes e dar lugar a uma relação igualitária entre seres humanos e natureza.

A consciência ecológica deve ser desenvolvida desde o momento das lutas que precedem a ruptura revolucionária, e na própria sociedade futura, tendo como fundamento as relações de apoio mútuo teorizadas por Kropotkin. Este desenvolvimento pode ter como principal referência a premissa de que nós, seres humanos, somos parte integrante da natureza, “que toma consciência sobre si própria”, tal como colocou Reclus.

Os seres humanos se diferem dos demais elementos naturais, e das demais espécies, por estabelecerem relações sociais com tudo aquilo que os rodeia, por possuírem uma capacidade de pensar sobre si mesmos, de fazer teorias sobre a realidade, e com estas aptidões, conseguirem modificar drasticamente o cenário ambiental que se encontra ao seu entorno. Desta forma, o sistema capitalista, pela própria razão de seu funcionamento, faz com que os capitalistas explorem recursos naturais de forma que estes não consigam se regenerar em seu ritmo natural.

Na sociedade futura, isso não poderá mais acontecer. O desenvolvimento dos seres humanos levado a cabo pelo socialismo libertário deve dar muita importância às relações de apoio mútuo entre as espécies e a natureza. É relevante ressaltarmos que nossas propostas ecológicas discordam radicalmente do “conservacionismo” e do “primitivismo”. Do primeiro, pois este significa a manutenção da sociedade de classes e a completa mercantilização da natureza. Do segundo, por considerarmos a proposta

⁷²Mikhail Bakunin. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*, p. 18.

⁷³Murray Bookchin. “Um Manifesto Ecológico: o poder de destruir, o poder de criar”. In: *Letra Livre* 31, p. 8.

“anticivilização” um completo absurdo, buscando um retorno romântico a um passado remoto ou, pior ainda, um tipo de suicídio de toda humanidade e a negação de todas as nossas contribuições para a manutenção e o bem-estar da natureza.

Acreditamos que uma sociedade que respeite completamente os princípios da ecologia social só será possível no momento em que o capitalismo e o Estado dêem lugar ao socialismo libertário.

Portanto, com o socialismo libertário, esperamos harmonizar novamente sociedade e meio ambiente, considerando que “se não formos capazes de fundamentar uma sociedade ecológica é, além das desastrosas conseqüências que daí resultarão, a nossa legitimidade moral que ficará em jogo”⁷⁴.

Com o emprego da tecnologia em favor dos trabalhadores e seu advento; com o fim da exploração capitalista e os frutos do trabalho vindo completamente para os trabalhadores; com o emprego pleno em funcionamento; os trabalhadores terão mais tempo que poderá ser gasto de três maneiras. Primeiro, com a perda natural de produtividade que o conjunto balanceado de tarefas oferecerá, visto que “desespecializará” um pouco o trabalho. Segundo, com as decisões políticas, que exigirão tempo para as discussões e deliberações que deverão ser feitas no trabalho e na comunidade sob autogestão. Finalmente, cada um poderá utilizar o tempo restante – e pensamos que com estas mudanças o tempo de descanso será muito maior do que o de hoje – cada um poderá escolher o que fazer: descanso, lazer, educação, cultura etc.

As decisões na autogestão não devem obedecer a um modelo específico. Os conselhos de trabalhadores e de consumidores podem escolher a melhor forma de aplicação da democracia direta, sendo fundamental as discussões e deliberações horizontais, a clara exposição de idéias e as discussões das questões apresentadas. Claramente, o consenso não deverá ser utilizado na maioria das decisões, visto que é muito pouco eficiente – principalmente se pensarmos as decisões em larga escala –, além de darem grande poder a agentes isolados que podem barrar o consenso ou ter muito impacto sobre uma decisão em que são minoria. As questões podem ser decididas por voto, após o devido debate, podendo variar se quem vence é quem possui 50% + 1 dos votos, ou se quem vence é quem possui 2/3 dos votos, e assim por diante. Devemos ter em mente que o processo de tomada de decisão é um meio e não um fim em si mesmo e, portanto, temos também de nos preocupar com a agilidade neste processo.

No sistema de decisões, a autogestão e o federalismo implicam a democracia direta com participação de todos, as decisões coletivas, a delegação com mandato imperativo, a rotatividade e a revogabilidade de funções, o acesso às informações e o poder de decisão igualitários. Tanto conselhos de trabalhadores quanto de consumidores teriam a autogestão como forma de gestão e tomada de decisões, tanto nos ambientes de trabalho como nas comunidades. O federalismo articularia tanto o trabalho quanto as comunidades, permitindo que as decisões fossem tomadas em larga escala. “Federação, do latim foedus, genitivo foederis, quer dizer pacto, contrato, tratado, convenção, aliança”⁷⁵, em que aqueles que estão organizados “obrigam-se recíproca e igualmente uns em relação aos outros para um ou mais objetos particulares, cuja carga incumbe especial e exclusivamente aos delegados da federação”⁷⁶.

A articulação no federalismo permitiria a tomada de decisões em larga escala, das menores instâncias autogeridas, até as mais amplas. No ambiente de trabalho, o federalismo articularia unidades, pequenas divisões, grandes divisões, locais de trabalho ou mesmo indústrias inteiras.

⁷⁴ Idem. Sociobiologia ou Ecologia Social? Rio de Janeiro: Achiamé, s/d, p. 71.

⁷⁵ Pierre-Joseph Proudhon. Do Princípio Federativo. São Paulo: Imaginário, 2001, p. 90.

⁷⁶ Ibidem.

Nas comunidades, o federalismo articularia famílias, vizinhos, bairros, cidades, regiões ou mesmo países. Esta articulação seria feita pelos delegados que se articulariam e discutiriam as posições deliberadas nos conselhos, delegados estes

que possuiriam mandatos imperativos, ou seja, representariam as posições coletivas dos conselhos e não as suas próprias, como ocorre na democracia representativa. Além disso, os mandatos dos delegados não seriam fixos e seriam revogáveis a qualquer momento. Já que “o sistema federativo é o oposto da hierarquia ou centralização administrativa e governamental”⁷⁷, entendemos que ele seria responsável pela estrutura que substituiria o Estado e por meio da qual, junto com os conselhos autogeridos, se realizaria a política no socialismo libertário. Os conselhos, como associações voluntárias,

tomariam uma extensão ainda maior, com o objetivo de substituir o Estado e todas as suas funções. El[es] representariam uma rede entrelaçada, composta de uma variedade infinita de grupos e federações de todos os tamanhos e níveis, locais, regionais, nacionais e internacionais, temporári[o]s, ou mais ou menos permanentes – para todos os possíveis propósitos: produção, consumo e troca, comunicações, sistemas sanitários, educação, proteção mútua, defesa da região, e assim por diante; e, de outro lado, para a satisfação de um número de necessidades, cada vez mais crescentes, científicas, artísticas, literárias e sociais.⁷⁸

Desta maneira, sairiam o Estado e a democracia representativa e tomariam seu lugar a autogestão e o federalismo; e a política tomaria seu correto lugar, que é no seio do povo, não havendo mais a separação entre aqueles que fazem a política e aqueles que não fazem, visto que no socialismo libertário seriam os próprios membros da sociedade que realizariam cotidianamente a política.

A consciência deve acompanhar o ritmo de crescimento das lutas e ser estimulada por processos pedagógicos sempre que possível. Apesar de não acreditarmos que para se fazer a revolução social todo o povo deverá estar educado, reconhecemos que no momento da revolução social, quanto maior o grau de consciência do povo, melhor. Progressivamente, a sociedade deve desenvolver sua cultura no sentido libertário e isso não deve acontecer somente no momento da revolução social e após ela; mas já no momento da luta, da construção e do desenvolvimento da organização popular. É inegável que a ideologia, já transformada em cultura, que o capitalismo introduziu no imaginário popular, terá de ir se desfazendo aos poucos e isso se dará por um longo processo de educação popular. Posições como preconceitos de gênero, de raça, o patriarcado, o individualismo etc. deverão ser combatidas o máximo possível, tanto nos processos de luta, quando no momento da revolução social ou mesmo depois. No socialismo libertário entendemos que a autogestão e o federalismo, na prática, deverão contribuir com este processo. Além disso, deve-se investir muito em atividades de educação e cultura para toda a sociedade, estimulando “a instrução [que] deve ser igual em todos os graus para todos; por conseguinte deve ser integral”⁷⁹, proporcionando conhecimento teórico e prático, para crianças e adultos de ambos os sexos.

⁷⁷ Ibidem. p. 91.

⁷⁸ Piotr Kropotkin. “Anarchism”. In: The Encyclopaedia Britannica.

⁷⁹ Mikhail Bakunin. A Instrução Integral, p. 78.

Desta forma, entendemos que o sistema de dominação e exploração do capitalismo e do Estado terá acabado – ninguém mais acumulará poder graças à força

social obtida pela alienação de outras pessoas – e o novo sistema se sustentará sobre os pilares da igualdade econômica, política e social e da liberdade. Uma igualdade que se dará com o estabelecimento da propriedade coletiva, dos conselhos autogeridos, dos conjuntos balanceados de tarefas, das remunerações igualitárias, das planificações autogestionárias, das decisões coletivas, e da luta constante contra os preconceitos e discriminações. Uma liberdade tanto em relação ao sistema de dominação e exploração, quanto em relação ao que se pretende atingir. Uma liberdade que seja coletiva, considerando cada um livre, na medida em que todos os outros forem livres, “a liberdade que consiste no pleno desenvolvimento de todas as potências materiais, intelectuais e morais que se encontram em estado de faculdades latentes em cada um”⁸⁰. O socialismo libertário trará um luxo ignorado por todos: “o luxo da humanidade, a felicidade do pleno desenvolvimento e liberdade de cada um na igualdade de todos”⁸¹.

80 Idem. “A Comuna de Paris e a Noção de Estado”. In: O Princípio do Estado e Outros Ensaios, pp. 114-115.

81 Idem. “Moral Revolucionária”. In: Conceito de Liberdade. Porto: Rés Editorial, s/d, p. 203.